

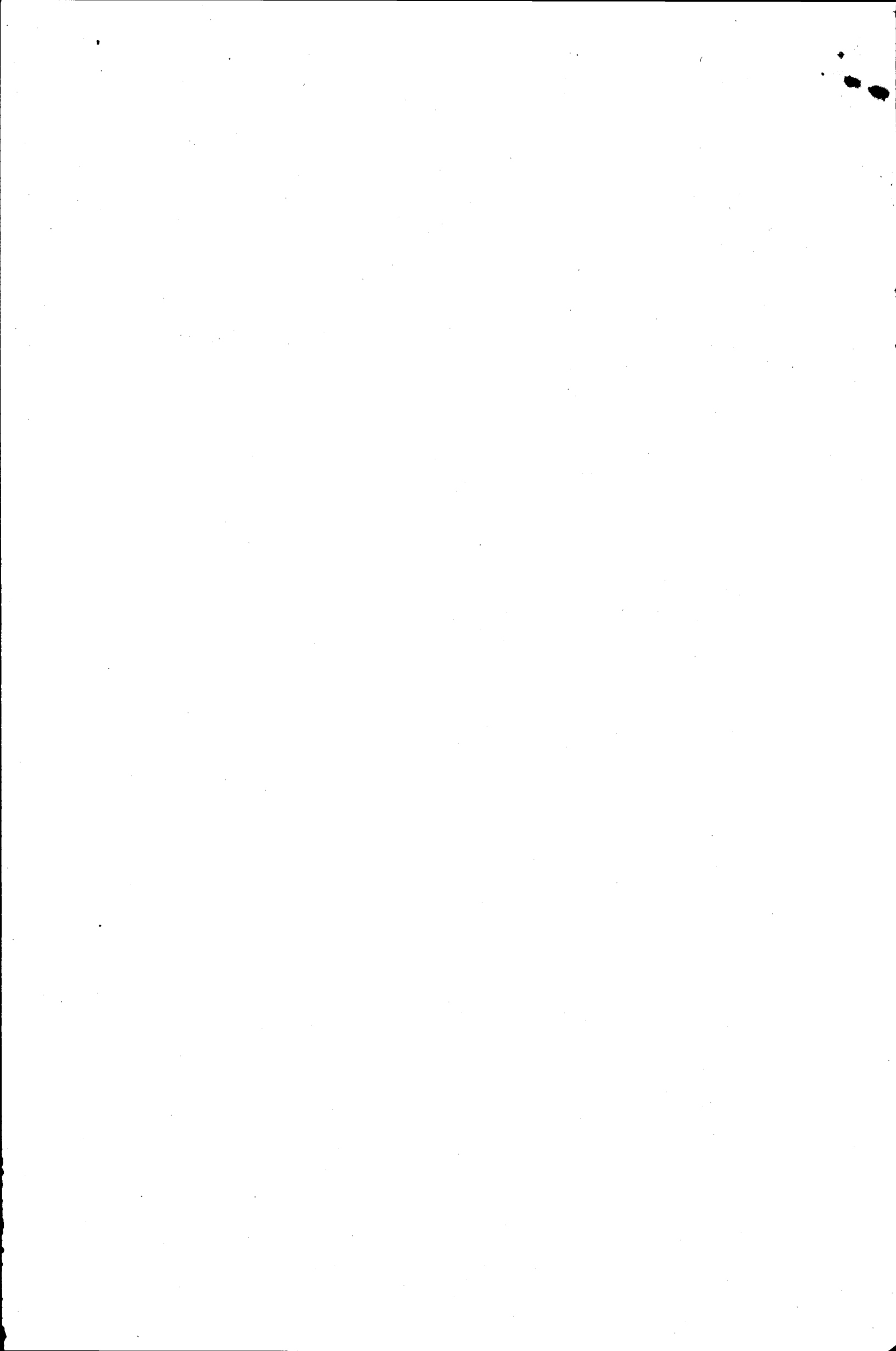
**Comissão Especial de Estudos  
sobre a Criança e o Adolescente  
na cidade de São Paulo**

## **Crianças em Debate**

**A Realidade do Orçamento  
Público na Área da Infância**

**Informativo - nº 8**

**28/Mar/96**



# *Câmara Municipal*

## Vereadores:

- **Aldaíza Sposati**  
*Presidente*
- **Anna Martins**
- **Éder Jofre**
- **Edson Simões**
- **Mohamad Said Mourad**
- **Sérgio Rosa**
- **Zenas Pires**



## BASE JURÍDICA

### **SR. PAULO AFONSO GARRIDO, PROMOTOR DO CENTRO DE APOIO ÀS PROMOTORIAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Quero deixar claro que não acredito que a legislação seja suficiente para que as crianças e os adolescentes tenham condições efetivas de exercer seus direitos.

O apoio legal, entretanto, é necessário e merece ser melhorado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente não definiu com precisão as competências das diferentes esferas de governo e da sociedade civil, e nem caberia tal detalhamento nesse texto legal.

Esperava-se que um avanço, a respeito das atribuições, fosse dado após a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Creio ser importante, agora, preencher as lacunas que ficaram, esclarecendo as competências da União, dos Estados e dos municípios e definindo suas atribuições.

Com efeito, freqüentemente sentimos dificuldade, no âmbito da prática de nossa atuação, para cobrar ações e omissões, pois não há clareza sobre a distribuição das responsabilidades entre diferentes órgãos públicos.

Temos alguns indicativos. A internação de menores infratores, por exemplo, pode ser considerada obrigação do estado porque envolve segurança pública. Admitimos que a liberdade assistida seja responsabilidade dos municípios. Mas faz falta uma base jurídica para poder cobrar omissões decorrentes da falta de algum programa.

Carecemos, também, de uma melhor definição do papel das entidades não governamentais. Essa falta de clareza dificulta a aferição e fiscalização tanto da contribuição do poder público como da atuação das entidades conveniadas.

A meu ver, as entidades privadas que atendem crianças e adolescentes no campo da educação, assistência social etc. deveriam ser tratadas como concessionárias de serviço público e ter sua atividade regulamentada, definindo-se direitos e deveres. Como se pode cobrar atendimento de boa qualidade de uma entidade que não tem certeza de quanto e quando vai receber, do órgão público com o qual firmou convênio?



A nível federal, a definição de competências seria matéria de lei complementar, mas creio que mesmo a legislação municipal poderia contribuir para amenizar este problema, definindo os compromissos que o governo local assume e detalhando programas aprovados em lei.

Coloco o Centro de Apoio às Promotorias da Infância e da Juventude do Ministério Público à disposição dos interessados para cooperar com uma eventual proposta de projeto de lei e também para trabalhar com os interessados na transposição da maioria miserável, da marginalidade para a cidadania.

### **FINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS**

**SR. MARCOS BARRETO, DO GABINETE DA VEREADORA ALDAÍZA SPOSATI E DO CONSELHO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO FUNCAD**

O orçamento é aprovado por lei e é uma previsão de gastos, uma autorização de despesas. A rigor, a Prefeitura não é obrigada a gastar tudo o que foi orçado. É importante, que as pessoas interessadas nos diferentes programas conheçam o que foi previsto e o que está sendo gasto de fato, para poder cobrar a execução dos programas orçados.

Nosso exercício foi montar o que chamamos "Orçamento da Criança", isto é, agrupamos todas as dotações do orçamento que dizem respeito à criança e ao adolescente. Destacamos 38 programas de 12 órgãos da Prefeitura. A cada programa corresponde uma dotação, isto é, uma verba destinada a sua execução, no orçamento municipal.

Nos anos de 1994 e 95, em apenas um desses 38 programas e apenas num ano foi gasto mais do que o orçado. Nos outros 37 programas, a Prefeitura sempre gastou menos, na prática, do que havia previsto.

As tabelas que seguem mostram os diferentes programas e a diferença entre o que foi previsto e o que foi gasto de fato.



## ORÇAMENTO DA CRIANÇA/PREVISTO X REALIZADO - 1994/1995

DOTAÇÕES	OP 94	EMPENHO/94	PAGO/94	OP 95	EMPENHO 95	PAGO 95	OP 96
<b>GP</b>							
Operação e manutenção do Centro Infantil de Proteção à Saúde (2117)	38.843	3.430	2.402	16.761	7.190	5.950	5.700
<b>SMA</b>							
Operação e manutenção do Centro Infantil de Proteção à Saúde (2381)	11.390	793	560	13.202	3.054	2.756	13.548
<b>SF</b>							
Operação e manutenção do Centro Infantil de Proteção à Saúde (2511)	18.206	23.682	11.554	72.771	5.203	4.843	31.000
<b>SME</b>							
<i>Crianças de 4 a 7 anos</i>							
Construção de EMEI's (Específicas e Gerais-1532)	15.179.344	1.890.180	704.701	19.174.365	6.598.319	1.723.462	25.240.000
Reforma e Ampliação de EMEI's (1530)	9.741.272	2.500.059	735.681	14.424.701	4.709.026	2.695.414	14.100.000
Operação e Manutenção de EMEI's (2461)	119.784.617	103.914.160	101.588.701	139.696.489	105.494.917	104.002.110	117.725.000
Convênios para Operação e Manutenção de Classes de Educação Infantil (2462)	394.482	218.520	53.558	168.034	93.095	59.345	151.000
<i>Crianças de 7 a 14 anos</i>							
Construção de EMPG's (Específicas e Gerais - 1502)	14.049.615	4.636.481	1.933.051	16.025.387	7.545.104	4.420.495	17.500.000
Reforma e Ampliação de EMPG's (1501)	19.614.541	6.240.265	1.956.896	16.893.341	7.534.667	4.153.502	16.350.000



## ORÇAMENTO DA CRIANÇA/PREVISTO X REALIZADO - 1994/1995

DOTAÇÕES	OP 94	EMPENHO/94	PAGO/94	OP 95	EMPENHO 95	PAGO 95	OP 96
Operação e Manutenção de EMPG's (2460)	366.185.545	315.086.884	308.549.857	391.015.981	320.096.493	315.379.530	349.579.000
Programa de Férias Escolares (2431)	569.511	102.783	76.018	296.904	4.081	4.081	264.000
Apoio Educacional à Alunos (2463)	303.446	96.363	53.040	1.269.417	711.351	424.790	1.835.000
Convênios para Operação e Manutenção de Classes de Ensino Fundamental (2467)	56.836	41.408	10.379	24.213	18.101	14.001	26.000
Apoio Técnico à Programas Educacionais (2473)	910.350	65.062	55.413	416.782	1.039.991	606.813	3.654.000
<i>Adolescentes de 14 a 18 anos</i>							
Operação e Manutenção de Classes de Ensino Pré-Profissionalizante (2477)	910.352	9.596	5.642	290.476	20.683	16.166	460.000
Operação e Manutenção de Escolas Municipais de Ensino de Segundo Grau (2451)	2.310.510	1.884.256	1.845.374	2.841.453	2.016.865	1.848.643	2.553.000
Construção de Escolas Municipais de Segundo Grau (1546/1550/1549/1550)	3.015.056	1.508	1.394	1.852.340	955.277	478.204	850.000
Projeto de Recuperação de Renda e Geração de Empregos - FAO (1494)	758.619	0	0	1.323.100	0	0	1.000.000
Programa de Capacitação Econômica ao Adolescente (1318/1541)	758.619	0	0	200.979	0	0	150.000
Operação e Manutenção de Classes de Educação Especial (2453)	3.925.100	2.425.669	2.423.661	4.859.717	2.607.198	2.516.119	4.079.000



## ORÇAMENTO DA CRIANÇA/PREVISTO X REALIZADO - 1994/1995

DOTAÇÕES	OP 94	EMPENHO/94	PAGO/94	OP 95	EMPENHO 95	PAGO 95	OP 96
Convênios para Operação e Manutenção de Classes de Educação Especial (2468)	819.308	930.685	369.393	349.034	659.037	534.901	971.000
<b>SMS</b>							
Construção do Hospital das Clínicas das Crianças (1662)	15.930.992	0	0	não consta	não consta	não consta	não consta
Operação e Manutenção do Hospital Menino Jesus (2638)	4.551.711	2.720.992	1.071.336	5.093.935	2.332.619	1.626.079	2.081.000
<b>SEME</b>							
Operação e Manutenção das Unidades Educacionais e Esportivas (2756)	2.176.022	2.236.699	825.172	3.539.307	2.579.001	952.376	4.000.000
<b>SEBES</b>							
<i>Crianças de 0 a 4 anos</i>							
Construção de Creches (Específicas e Gerais - 3562)	15.183.292	133.035	34.684	32.797.741	4.376.850	576.910	40.783.010
Reforma e Ampliação de Creches (3565)	11.682.727	4.902.050	1.782.947	11.373.765	384.990	379.952	12.800.000
Manutenção de Crianças em Creches Conveniadas (4409)	62.813.630	75.309.308	33.856.699	44.841.382	42.802.571	39.022.803	58.347.187
Operação e Manutenção da Rede Direta de Creches (4410)	40.242.420	38.779.003	37.754.611	63.966.747	44.453.581	43.950.210	53.303.726
Fundo Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente (4415)	2.936.097	949.260	91.271	2.263.401	886.642	334.888	2.020.735
Manutenção de Menores em Centros de Juventude (4408)	27.571.664	32.689.880	14.667.840	24.493.738	18.002.949	16.467.247	24.217.792



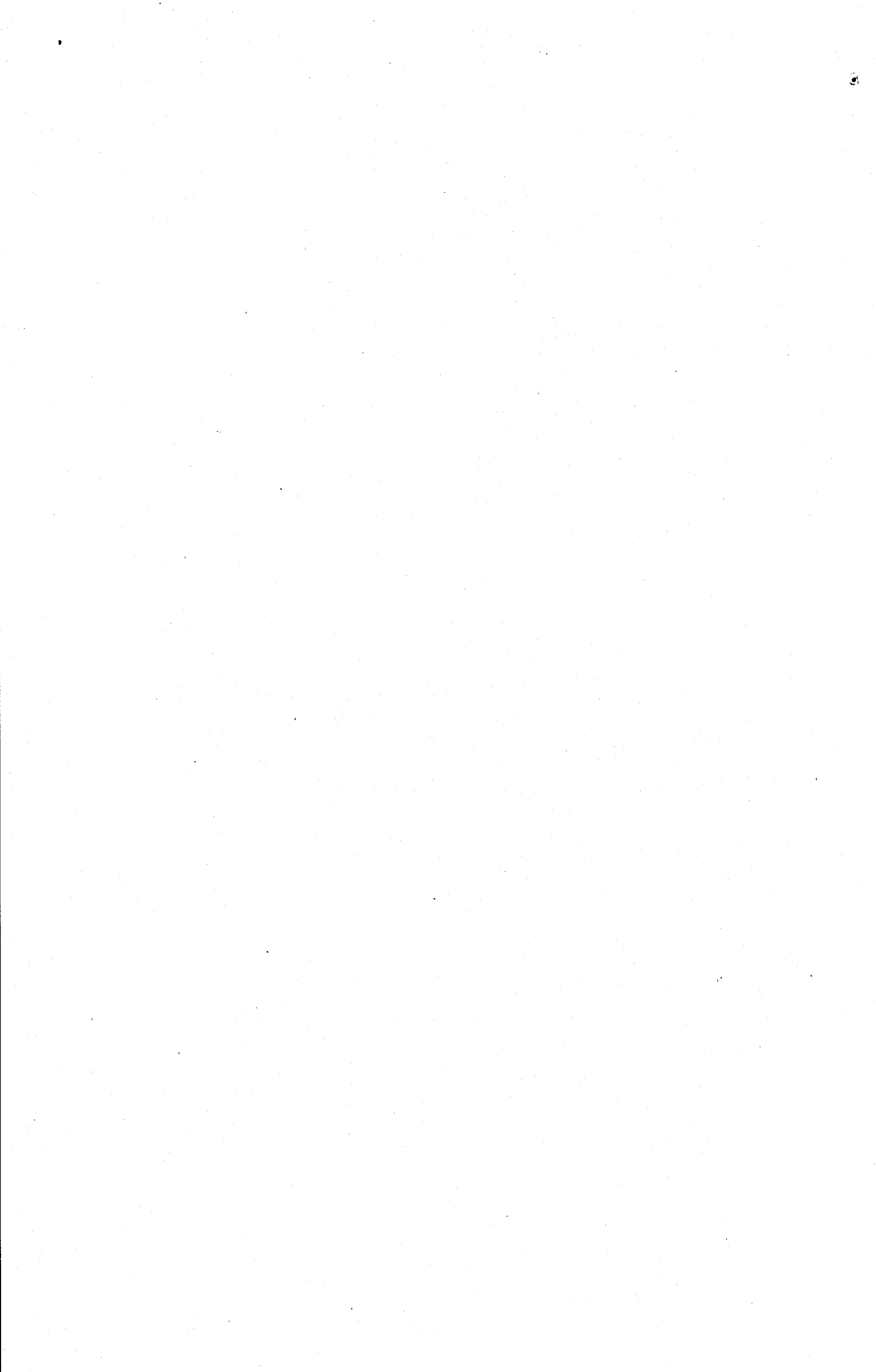
## ORÇAMENTO DA CRIANÇA/PREVISTO X REALIZADO - 1994/1995

DOTAÇÕES	OP 94	EMPENHO/94	PAGO/94	OP 95	EMPENHO 95	PAGO 95	OP 96
Apoio Social ao Adolescente (4414)	6.068.947	2.695.180	1.008.170	7.209.573	2.269.805	1.947.121	7.363.554
<b>SMC</b>							
Reforma e Ampliação de Bibliotecas Infanto-Juvenis (3656)	619.033	132.697	3.907	793.860	57.803	57.803	400.000
Construção e Reforma de Bibliotecas Infanto-Juvenis (3657) + São Miguel Paulista	1.949.196	0	0	529.240	0	0	300.000
Operação e Manutenção de Bibliotecas Infanto-Juvenis (4556)	612.962	237.043	150.404	876.230	436.788	332.073	440.880
Ampliação e Encadernação do Acervo das Bibliotecas Infanto-Juvenis (4557)	910.343	90.452	56.510	1.194.483	909.347	804.839	1.078.886
Operação e Manutenção da Divisão da Biblioteca Monteiro Lobato (4559)	151.726	6.998	4.228	515.026	49.389	11.120	257.400
<b>SEMAB</b>							
Operação e manutenção do Centro Infantil de Proteção à Saúde (4605)	21.242	2.323	962	24.809	24.152	23.333	72.000
Distribuição de Merendas e outros Generos para Refeição de Servidores e Outros (4625)	75.183.026	64.664.578	39.652.574	69.466.501	44.191.348	35.077.573	81.971.723
<b>TOTAL</b>	<b>827.960.589</b>	<b>665.621.282</b>	<b>551.338.590</b>	<b>880.205.182</b>	<b>623.877.487</b>	<b>580.455.452</b>	<b>845.975.141</b>



**RELAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CRIANÇA COM O ORÇAMENTO TOTAL - 1994/1995**

	OP 1994	EMPENHADO 1994	PAGO 1994	OP 1995	EMPENHADO 1995	PAGO 1995	OP 1996
ORÇAMENTO TOTAL DA PREFEITURA	5.753.353.090	5.464.596.961	4.219.570.418	6.012.171.769	5.826.314.026	5.182.539.854	6.120.000.000
ORÇAMENTO DA CRIANÇA	827.960.589	665.621.282	551.338.590	880.205.182	623.877.487	580.455.452	845.975.141
%	14,39	12,18	13,07	14,64	10,71	11,20	13,82

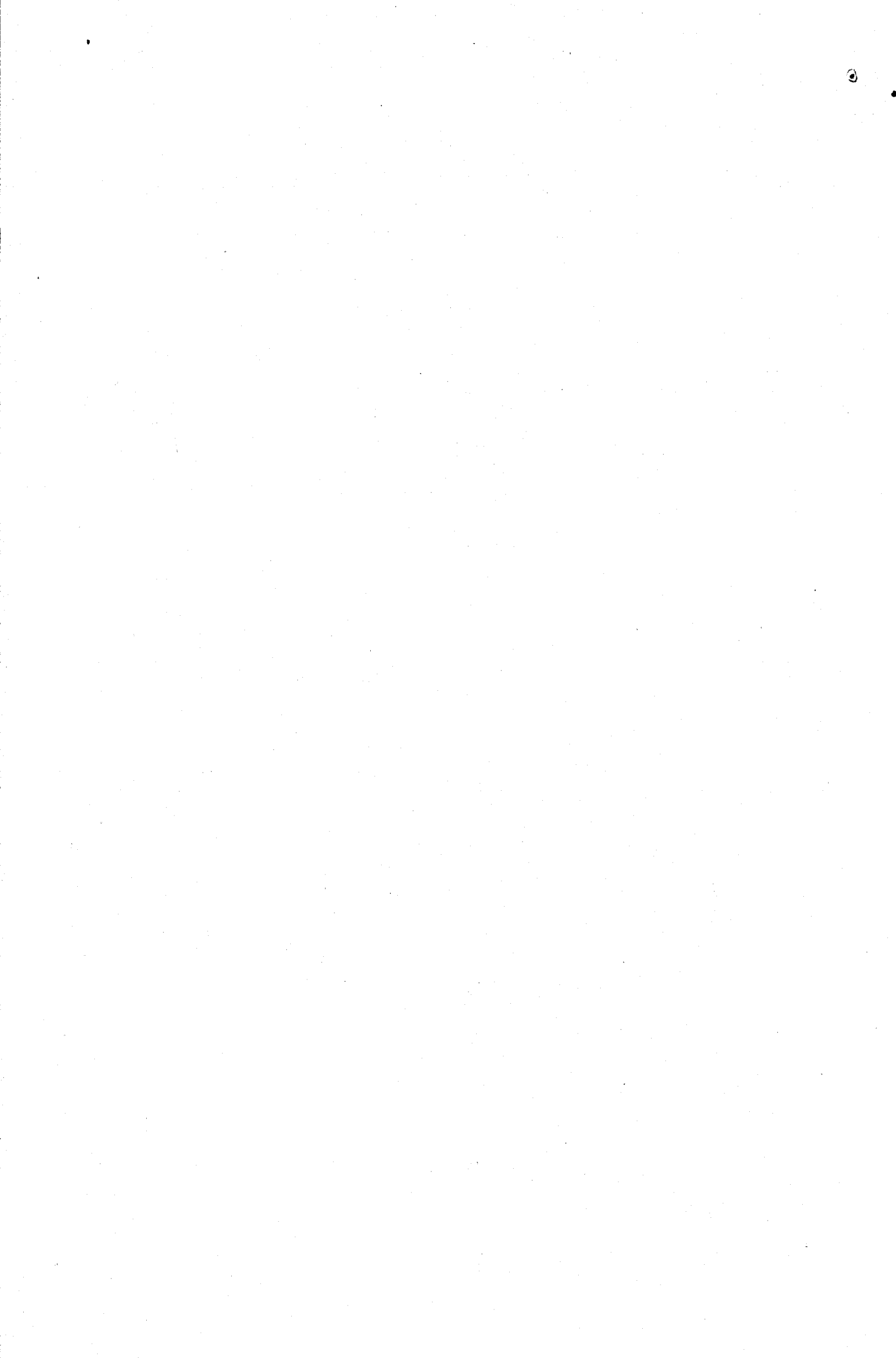


## RELAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CRIANÇA COM O ORÇAMENTO TOTAL - 1994/1995

	OP 1994	PAGO 1994	% PAGO/TOTAL
ORÇAMENTO TOTAL DA PREFEITURA	5.753.353.090	4.219.570.418	73,34
ORÇAMENTO DA CRIANÇA	827.960.589	551.338.590	66,59

Valores em Real de junho de 1995

Fonte: OP94/Demonstrativo da Despesa por Dotação - SF/PMSP

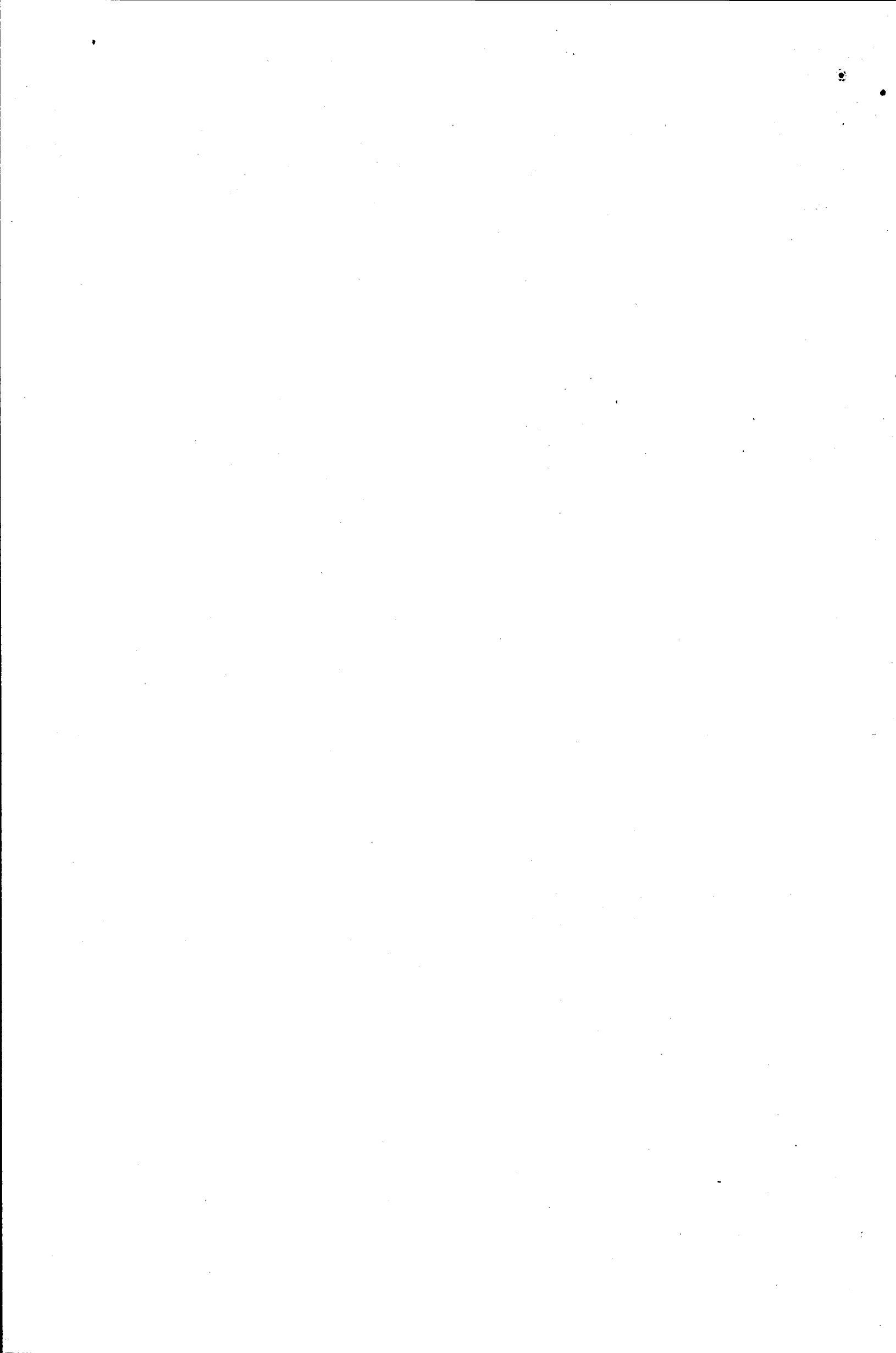


## RELAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CRIANÇA COM O ORÇAMENTO TOTAL - 1994/1995

	OP 1995	PAGO 1995	% PAGO/TOTAL
ORÇAMENTO TOTAL DA PREFEITURA	6.012.171.769	5.182.539.854	86,20
ORÇAMENTO DA CRIANÇA	880.205.182	580.455.452	65,95

Valores em Real de junho de 1995

Fonte:OP95/Demonstrativo da Despesa por Dotação - SF/PMSP



## OBRAS VIÁRIAS - GESTÃO MALUF

Projetos	Realizado em 1993 em Real	Realizado em 1994 em Real	Realizado em 1995 em Real	TOTAL
Túnel sob o Pq do Ibirapuera	29.875.029	120.957.404	292.927.295	443.759.728
Túnel sob o Rio Pinheiros	106.452.986	71.206.169	82.631.277	260.290.432
Mini Anel Viário	86.377.023	96.595.097	30.562.441	213.534.561
Sistema Viário Jacu- Pessego	10.461.462	23.273.164	75.551.678	109.286.304
Boloverad JK	15.739.498	17.670.208	1.760.285	35.169.991
Passagem de Nivel da Santo Amaro c/ JK	46.747.249			46.747.249
Av. Faria Lima			57.838.763	57.838.763
<b>Total</b>	<b>295.653</b>	<b>329.702.042</b>	<b>541.271.739</b>	<b>1.166.627.028</b>

Fonte: Balançetes de Projeto e Atividade de Jan. a Jul. de 1994 - SF/PMSP  
 Sistema de Execução Orçamentária - SEO - PRODAM/PMSP  
 Balanço Geral de 1993 - SF/PMSP



Vejamos alguns exemplos do absurdo que tem acontecido com programas destinados a crianças e jovens.

No ano passado, a Prefeitura só construiu uma creche, das 40 previstas no orçamento. A dotação era de 32 milhões e o gasto foi de 576.000 reais.

Na construção de escolas municipais de educação infantil - EMEIs, a dotação era grande - cerca de 15 milhões - criando a expectativa da construção de bastante unidades, mas o gasto real foi R\$ 704 mil, isto é, o custo aproximado de apenas uma escola.

Para as escolas municipais de primeiro grau - EMPG - foram orçados 15 milhões e gastos menos de 2.

No item "Manutenção das Escolas" a previsão era de 2,3 milhões e o valor gasto de fato foi inferior a 2 milhões.

Na Operação e Manutenção do Programa Infantil de Proteção à Saúde, foi gasto cerca de 5% do que foi previsto e autorizado pelos vereadores.

Para o Hospital do Menino Jesus, que atende crianças, gastou-se um quarto do previsto.

As diferenças se repetem, sendo particularmente grandes em programas como a Operação e Manutenção de Classes de Ensino Pré-profissionalizante, onde o gasto foi inferior ao preço de um carro Gol, e na construção de escolas de segundo grau, a despesa foi praticamente nula.

Há, também, programas previstos que foram simplesmente eliminados, isto é, não se gastou nem um tostão. Exemplos desses casos são o projeto de Recuperação de Renda e Geração de Emprego, o Hospital das Clínicas da Criança e a Construção e Reforma de Bibliotecas Infanto-juvenis.

No total, os valores orçados em 1994 e 1995 são 827 e 830 milhões, tendo sido gastos, respectivamente, 551 e 300 milhões: uma redução bastante forte.

O Secretário das Finanças divulgou, orgulhoso, que havia arrecadado 325 milhões a mais do que havia gasto. Talvez essa diferença seja justamente o que se "economizou" nos programas para crianças.

Examinando o total do orçamento e das despesas, observamos que em 1994 gastou-se 73% do previsto e, nos programas da criança, 66% do previsto. Em 1995, gastou-se 86% do orçado e,



nos programas da criança, apenas 65%. Na última tabela, vemos a participação percentual do "orçamento da criança" no orçamento da Prefeitura. Em termos de gastos efetivos, a participação diminuiu, passando de 13,07% em 1994 para 11% em 95.

Comparando valores absolutos, a Prefeitura tem gasto com programas para crianças e adolescentes cerca de 500 milhões por ano, enquanto que apenas sete obras consumiram 1 bilhão e 166 milhões. O custo dessas 7 obras equivale à manutenção de cerca de 1 milhão de crianças em creches conveniadas, durante um ano.

Concluindo, o orçamento enviado à Câmara tem sido uma ficção. Não se pode pensar que os projetos que o Executivo define quando manda o orçamento à Câmara sejam uma indicação correta do que vai ocorrer de fato. Daí a necessidade das entidades ficarem atentas ao andamento real da execução dos programas, especialmente no campo das políticas sociais.

#### **SR. DILERMANDO ALAN, DO PENSAMENTO NACIONAL DAS BASES EMPRESARIAIS - PNBE**

Represento, dentro da sociedade civil, um segmento do setor empresarial.

Quero mostrar o poder do Executivo para manipular o orçamento.

Os dados que trouxe nestas tabelas provêm da mesma fonte - orçamentos e balanços - mas são acumulados, de 1993 a 1995. Na tabela que segue os números sem sinal de menos indicam as variações positivas, isto é, quanto se gastou a mais em relação ao orçado. Os números com sinal de menos indicam as variações negativas, isto é, quanto se gastou a menos em relação ao autorizado no orçamento.



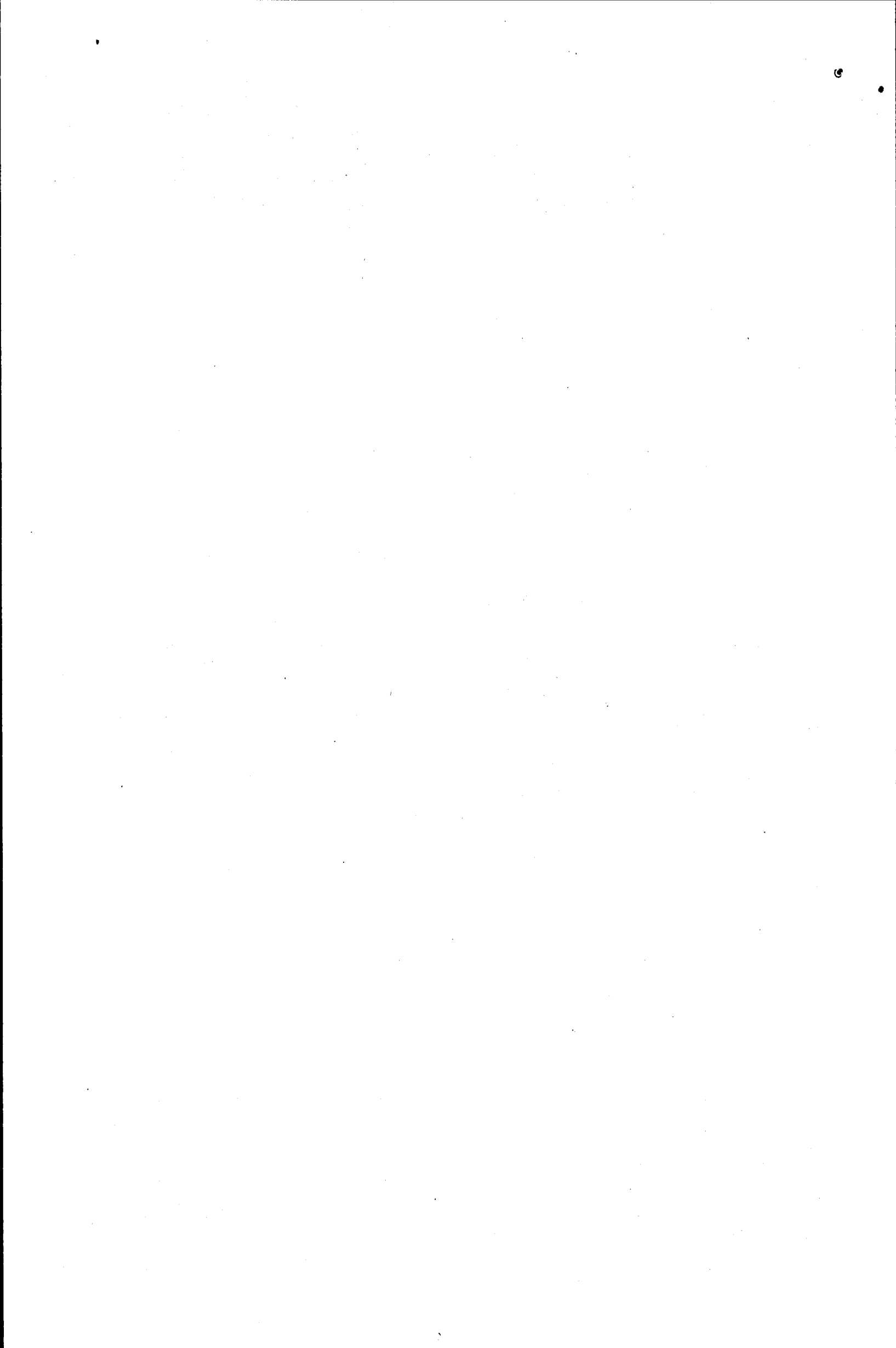
**MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**FLUXO TOTAL DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**  
**DE 1993 A 1995 (em reais de dez. 1995) <sup>1</sup>**

CÂMARA MUNICIPAL	70.522.722
TRIBUNAL DE CONTAS	25.730.644
GABINETE DO PREFEITO	45.239.648
SEC. DAS ADMINISTR. REGION.	- 44.895.544
SEC. DO PLANEJAMENTO	- 31.318.332
<b>SEC. DA HABITAÇÃO</b>	<b>- 428.280.728</b>
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO	4.528.239
<b>SEC. DE EDUCAÇÃO</b>	<b>- 359.765.494</b>
SEC. DE FINANÇAS	- 30.294.212
<b>SEC. DA SAÚDE</b>	<b>- 369.264.975</b>
SEC. DE ESPORTES	- 20.929.417
SEC. DE TRANSPORTES	189.008.160
SEC. DE NEGÓCIOS JURÍDICOS	1.681.315
SEC. DE VIAS PÚBLICAS	571.208.729
SEC. DE SERVIÇOS E OBRAS	- 77.173.431
<b>SEC. DA FAMÍLIA E BEM-ESTAR SOCIAL</b>	<b>- 152.494.561</b>
SEC. DA CULTURA	- 41.930.019
SEC. DE ABASTECIMENTO	- 36.860.165
SEC. DO VERDE	- 80.960.268
ENCARGOS GERAIS	765.857.445
VÍTIMAS DA EXPLOÇÃO EM PIRITUBA	390.233

Chamo a atenção para os dados da Secretaria da Habitação. No período considerado, gastou-se cerca de 428 milhões de reais a menos do que tinha sido orçado. Percebe-se, assim, que apesar do projeto Cingapura a prioridade desta Administração não é a habitação.

De forma parecida, a Secretaria da Educação gastou quase 360 milhões a menos e a Secretaria da Saúde, cerca de 369 milhões a

<sup>1</sup> os números positivos indicam acréscimo em relação ao valor orçado; os números negativos indicam redução em relação ao valor orçado.



menos, evidenciando que não há preocupação com a qualidade do atendimento nessas áreas.

O que é prioridade salta à vista, nessas tabelas: vias públicas, onde a despesa foi 561 milhões acima do valor orçado.

A legislação permite que o Prefeito transfira recursos de uma secretaria para outra, até 15%.

Outra forma de manipular o orçamento é jogar com a inflação, que, mesmo baixa, pode representar 20 a 30% do orçamento. É importante, por isso, dar atenção ao item "encargos gerais" - quase 766 milhões de variação, no período considerado.

O quadro seguinte mostra a evolução da dívida da Prefeitura de São Paulo. Em três anos cresceu mais de 3 bilhões de reais! Percebemos, agora, que as obras de vias públicas, que são a prioridade desta gestão, estão gerando um endividamento que nós, cidadãos de São Paulo, vamos pagar.

**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL** (em milhões de reais)  
ATUALIZADA ATÉ DEZEMBRO DE 1995

			<b>JÂNIO</b>	<b>PT</b>	<b>MALUF</b>
			31/12/88	31/12/92	31/12/95
EMPRÉSTIMO PÚBLICOS	EM	TÍTULOS	438,13	962,51	3.951,02
EMPRÉSTIMO INTERNOS	EM	CONTRATOS	530,15	469,54	778,15
EMPRÉSTIMO EXTERNOS	EM	CONTRATOS	772,03	786,28	511,76
<b>TOTAL</b>			<b>1.740,31</b>	<b>2.218,34</b>	<b>5.240,93</b>

Defrontamo-nos, na realidade, com uma disputa política.

O Executivo domina o Legislativo e faz o que lhe interessa. Não há uma gestão democrática desta cidade. O mesmo ocorre no



plano federal, onde o Executivo acaba por dominar o Congresso, através dos partidos que o apoiam e através do fisiologismo.

É necessário, assim:

- ampliar a luta política e a representação dos partidos progressistas, para que possamos alcançar um equilíbrio de forças;
- ampliar esta discussão para movimentos sociais, tanto do setor social como do setor empresarial;
- criar novos mecanismos de organização da sociedade civil.

A meu ver, o papel dos empresários (que representam o capital no binômio capital-trabalho) na resolução dos problemas sociais no país, é: pagar salários justos; pagar os impostos devidos e desenvolver ações complementares às políticas públicas, como, por exemplo, fornecer planos de saúde e alimentação adequada para seus empregados e contribuir para a melhoria das escolas, do lazer e dos transportes, no entorno de suas empresas.

Se os empresários não quiserem fazer isso por solidariedade ou motivados pelo drama que é a situação social, que o façam por racionalidade, pois a distribuição de renda fortalece o mercado interno do país e, portanto, amplia a clientela dos produtores de bens e serviços.

Como podem perceber, não estou expressando a posição da maioria dos empresários do país. Dentro do setor empresarial há uma luta política, entre aqueles que pensam como eu e aqueles que representam o pensamento atrasado.

#### **SRA. ROSÂNGELA**

Diante dos dados apresentados pelo Marcos e pelo Dilermando, quero fazer uma pergunta. No dia 15 de março um vereador do partido do Prefeito escreveu um artigo num jornal onde chamou as entidades que mantêm creches de “picaretas”. Diante do que foi apresentado hoje deixo a pergunta - quem são os picaretas?



## CONDIÇÕES DE ESCOLAS

**SR. JUVÊNIO, PROFESSOR DA ESCOLA MUNICIPAL  
CÂNDIDO PORTINARI, DA REGIÃO DE PERUS.**

Vim com uma comissão de alunos da 5ª à 8ª série da escola Cândido Portinari e com Da. Cleonice, que representa os pais dos alunos.

Vimos para este debate porque é aberto e porque queremos mostrar que há uma diferenciação no repasse das verbas públicas para a nossa comunidade de Perus, que é considerada periferia, onde moram famílias de trabalhadores pobres.

Nossa escola, onde estudam mais de 2 mil alunos, está abandonada. Temos infiltração de água no telhado. No banheiro dos professores não há iluminação, porque a rede elétrica está comprometida. No banheiro dos professores e das mulheres pinga água. Quando chove, os professores precisam retirar das salas de aula os alunos da 5ª e 7ª séries. Eu fui obrigado a instalar uma lousa provisória na 7ª A, porque a lousa atual está danificada pela infiltração de água.

O CONTRU foi avisado e não compareceu.

Por que as escolas da periferia estão abandonadas e as do centro estão bem conservadas, com boa merenda? São as crianças da periferia que precisam de merenda reforçada, porque não têm boa alimentação em casa.

Quero falar do descaso do Legislativo. O Executivo tem todo o poder. É importante que as comunidades organizadas intervenham junto ao Legislativo e que fiscalizem.

O que vale mais? Um asfalto na rua ou a saúde do homem e seu saber?

**JOVEM KEILA, ALUNA DA ESCOLA**

Estou aqui em nome de todos os alunos da E.M. Cândido Portinari. As salas de aula da escola estão com mofo. Até as cadeiras estão mofadas. Os alunos precisam sair de suas salas e ir



estudar na biblioteca. Já caiu reboco sobre a mesa de um professor. A sala da 7ª A, cheira a mofo. Na minha classe uma lâmpada pegou fogo.

Os engenheiros do CONTRU vistoriaram a escola mas não deixaram nada por escrito e não fizeram nada. Eu passei pelas classes pedindo que todos liguem para lá pedindo providências. Numa das vezes que eu liguei me disseram que não era para lá que eu deveria telefonar e desligaram o telefone na minha cara.

Se ninguém tomar conhecimento, vamos fazer algumas manifestações em frente à escola e vamos chamar a imprensa.

#### **SRA. CLEONICE, REPRESENTANDO AS MÃES DOS ALUNOS**

Estou representando as mães dos alunos da Cândido Portinari e vim entregar este abaixo-assinado com aproximadamente mil assinaturas.

Quero denunciar o CONTRU por não ter atendido nosso pedido de fazer uma reforma na nossa escola.

#### **VEREADORA ALDAÍZA SPOSATI**

Relembrando os números que Marcos Barreto mostrou, gastou-se em 1995 cerca de 25% do que tinha sido orçado, em reforma e conservação de escolas. a reforma não é feita por falta de recursos aprovados, é porque a Administração usa o dinheiro em outras coisas.

#### **SRA. LUZIA, CONSELHEIRA TUTELAR**

Sou do Conselho Tutelar de Perus-Pirituba. Eu também dou parabéns aos professores, alunos e pais de alunos da Cândido Portinari.

No Conselho recebemos a denúncia e tomamos as providências devidas: vistoriamos a escola e constatamos que está em condições precaríssimas. As conselheiras conversaram com a diretora e com a orientadora pedagógica da escola, e foram



informadas do seguinte: um engenheiro havia estado lá e tinha assegurado que não havia risco do teto cair; há uma verba a ser liberada para trocar a cobertura. Na mesma semana voltamos e vimos uma equipe mexendo numa parte da escola, mas não era o pessoal que deveria trocar a cobertura. Em seguida tratamos de requerer um laudo oficial do engenheiro, por escrito, porque sem documentos o Conselho não pode agir. Encaminhamos denúncia escrita também para a delegada de ensino e estamos há dez dias aguardando resposta por escrito.

Na região a educação está em condições precárias. Alertamos as crianças que estão em lista de espera que se cadastrem no Conselho. Pretendemos manter um registro de quantas crianças estão fora da escola. Os meios de comunicação alardeiam que não há crianças fora da sala de aula, mas quando foi encerrado o período de matrícula o Conselho recebeu inúmeras solicitações de vagas. Detectamos que se trata de adolescentes com 16 ou 17 anos que saíram para trabalhar e que não conseguiram transferência para curso noturno. Temos também alunos que tem que ir para o colegial, na rede do estado, e não acham vaga. É uma vergonha, porque crianças que não acham vaga são consideradas evasores escolares, como criminosos.

Há, também, crianças que passaram pela FEBEM por terem cometido infrações leves. Quando vão requisitar vaga escolar por ordem judicial são humilhadas.

Queria registrar minha revolta, porque a região de Perus além de sofrer com o lixão e cemitérios tem escolas e creches abandonadas e quando o conselho requisita vagas recebe como resposta que não há.

#### **SR. ANTONIO CARLOS, DO CONSELHO TUTELAR DA VILA MARIANA**

Na Vila Mariana, as escolas municipais estão em situação muito precária. Na escola localizada na Praça da Árvore, no dia 16 caiu o beiral, num local onde circulam alunos. Por sorte foi num sábado.



## DEMOCRACIA

**PE. JOÃO DREXEL**

Acho que devemos recuperar a oportunidade das pessoas que não são vereadores discutirem o orçamento, como aconteceu durante a gestão de Luíza Erundina.

Dou parabéns a essa escola que estimula os jovens a saberem o que acontece na Câmara e a terem consciência política. Se os professores de todos os níveis trabalhassem com os alunos para criar uma consciência crítica, uns e outros estariam assumindo sua cidadania.

No centro há escolas que servem como cartão de visita, mas também outras em más condições.

A falta de educação básica impede as pessoas de conhecer seus direitos e deveres como cidadãos. Por causa disso há ainda pessoas pobres da periferia que votam em candidatos como Paulo Maluf. Infelizmente, em muitos cortiços e favelas ainda há a mentalidade de querer ser assistido - receber - e não querer se organizar.

Trabalho na periferia há 20 anos. Vejo que movimentos populares estão desaparecendo por falta de uma consciência crítico-política do povo. Somos muito ingênuos na hora da votação. Muitas vezes colocamos a culpa somente no Vereador, no Deputado e no Senador, quando nós mesmos - desculpem - não nos mexemos.

**SRA. SÔNIA MARIA SOUZA CRUZ**

Acompanho estes debates como cidadã e fiquei estimulada a fazer algumas observações sobre a questão da democracia.

É importante não perder de vista a democracia representativa, pela qual podemos escolher nossos representantes pelo voto. Mas ela não está sendo suficiente. Precisamos somar a democracia representativa e a participativa. Vejo estas reuniões como um exemplo de democracia participativa: os representantes eleitos



convocam a sociedade civil para vir participar de um processo onde se pode discutir e sugerir.

Se o Legislativo está engessado pelo Executivo, essa situação pode ser amenizada pela intervenção da sociedade civil, reclamando, opinando e propondo alternativas. Talvez este método pudesse ser aplicado a outras comissões aqui da Câmara e se expandir para outras câmaras.

Temos a globalização do mercado. Precisamos construir a globalização das ONGs, a globalização da participação em prol da justiça social e do interesse da maioria.

## ENCAMINHAMENTOS

### **VEREADORA ALDAÍZA SPOSATI**

Vamos convidar os vereadores desta Comissão para visitar a escola Cândido Portinari, se possível, com um representante da Secretaria da Educação.

Enviaremos, também, um ofício assinado por todos os vereadores para a Secretaria da Educação e acionaremos o CONTRU pedindo um parecer sobre a escola.

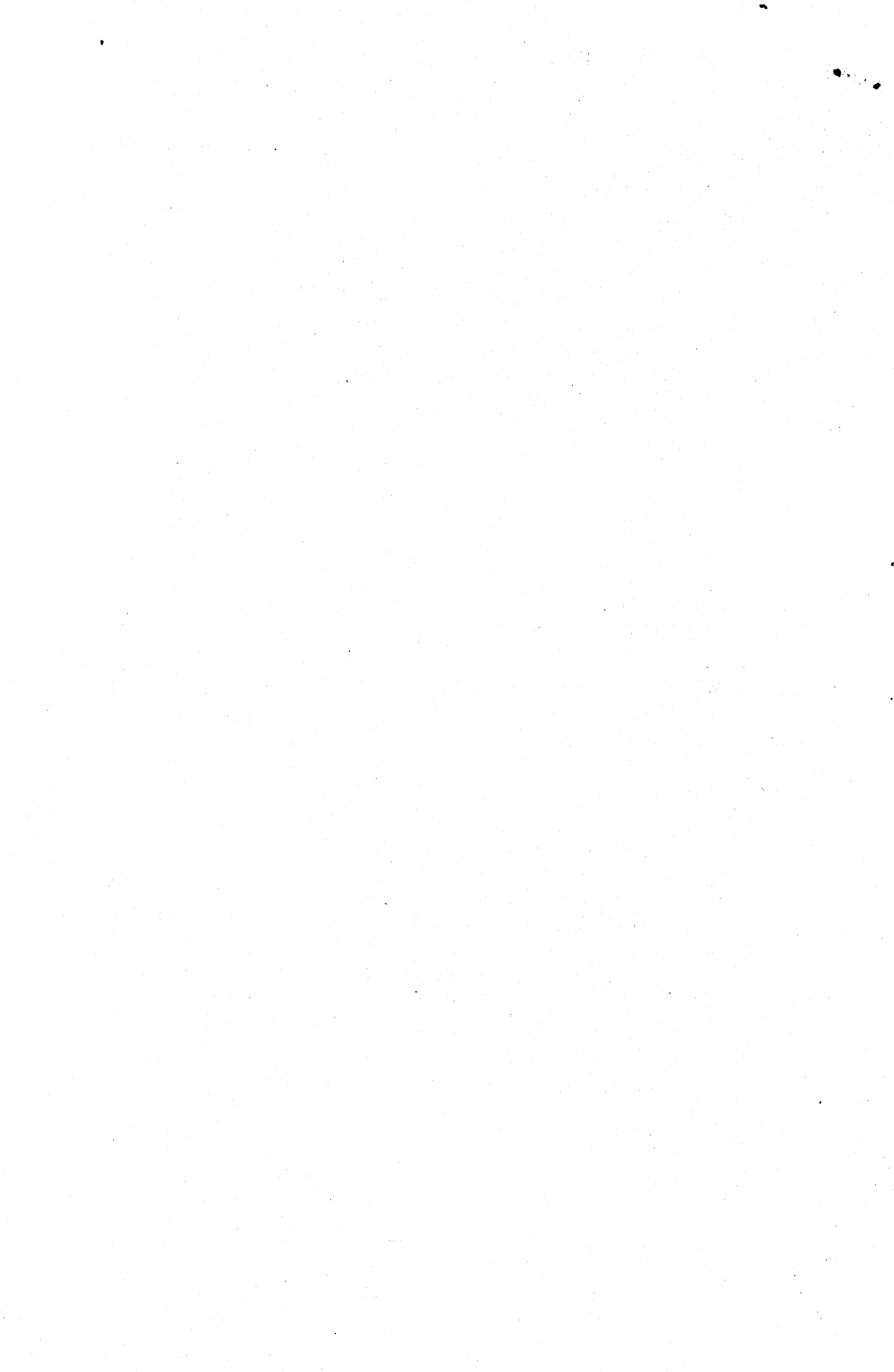
## COMUNICAÇÕES

### **SRA. THEREZINHA HELENA**

O prazo de credenciamento de entidades para a eleição dos membros do Conselho Municipal de DCA da Capital foi prorrogado para o dia 1º de abril.

A plenária do segmento do atendimento será na Regional da Sé, na Av. do Estado.

A reunião extraordinária do Fórum Municipal, para articular os segmentos que vão participar da eleição, será feita no dia 1º de abril, no Anexo G, às 15 horas.



A reunião ordinária do Fórum será feita no terceiro sábado de abril.

A reunião do Fórum estadual será na FNT. Rua Mauá, 836, casa 35, Estação Luz do Metrô; tel. 228-2899.

**SR. ARTUR**

Convido os membros da Comissão para um debate sobre prostituição infantil a ser realizado na PUC, no dia 1º de abril, às 18 horas, sala 134.

**Próximas Reuniões**

<i>dia 18/04</i>	<i>dia 25/04</i>
- ECA X LOAS - Padrões Básicos - PROASF	- Síntese dos Trabalhos - Conclusões e Elaboração de Propostas

